

Teoria econômica e organização social*

Roger Guesnerie**

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a ciência econômica. Através da história da disciplina, desde Ricardo ao manifesto da Sociedade de Econometria, serão discutidas as categorias “análise” e “teoria” e sublinhados os méritos e os perigos do trabalho “teórico-quantitativo” e “empírico-quantitativo”. Abordar-se-ão também o debate social sobre as questões econômicas da nossa época e o debate no interior das ciências sociais, enquadrando-se neste último uma discussão das principais características da economia. A segunda parte do artigo descreve a evolução das concepções do papel do mercado e do governo no campo económico, a qual reflete a dinâmica complexa das relações entre a observação e a reflexão, os factos e as teorias, a história e o pensamento. Far-se-á referência a alguns dos grandes problemas actuais, que determinarão a forma do Estado de amanhã. Por exemplo o efeito estufa poderá conduzir a uma coordenação planetária para a redução de emissões, abrindo a porta a uma certa forma de mundialização do Estado.

1. Introdução

O público confia aos economistas um poder de influência, admirado ou invejado, louvado ou desconfiado, mas um poder de influência cuja reali-

* Texto pronunciado por ocasião da lição inaugural no Colégio de França em novembro de 2000. Tradução de Delfim Gomes Neto e de Nicola Moreno Antunes.

** Collège de France, Paris.

dade não está totalmente definida, pelo menos tendo em conta as declarações divergentes de dois representantes eminentes da profissão.

John Maynard Keynes, sem dúvida o economista mais célebre do século que termina, é categórico: as “idéias dos economistas e dos filósofos políticos, quer sejam justas ou falsas, são mais poderosas do que geralmente se pensa. Na verdade, não há muito mais que governe o mundo”, e, sem saber, os homens políticos, acrescenta ele, são muitas vezes prisioneiros das concepções de um “economista morto”.

Para George Stigler, ao contrário, a revogação das Corn Laws em 1846, um dos acontecimentos mais importantes da história econômica inglesa e talvez europeia do século XIX, não deve nada à reflexão científica: “Se Cobden (o economista que as inspirou) tivesse gaguejado em yiddish e se Peel (o primeiro-ministro que as pôs em prática) tivesse sido um homem limitado e estúpido, a Inglaterra não teria deixado de tomar o caminho do comércio livre...”. Para além da questão da influência dos economistas, estas duas posições opostas interrogam o estatuto da reflexão científica, um tema que estará presente neste artigo.

Este trabalho está organizado da seguinte forma. A seção 2 evocará a singularidade da ciência econômica. A Seção 3 examinará a armadura concetual da economia pública, o campo de estudo das relações entre o Estado e o mercado. Comentários finais serão apresentados na seção 4.

2. Uma reflexão sobre a ciência econômica

Iniciarei esta reflexão sobre a ciência econômica com um comentário sobre o título do artigo: “Teoria econômica e organização social”.

2.1. Teoria econômica e organização social

2.1.1. Teoria econômica

Teoria econômica, em primeiro lugar: o termo está próximo de “análise econômica”, o título da cátedra de Edmond Malinvaud. Estas duas categori-

as – teoria e análise – são construções das quais, por exemplo, a obra de Joseph Schumpeter, *História da análise econômica*, dá uma explicação por-memorizada; eis um resumo.

Desde que a economia se afirmou como disciplina, o argumento teórico – relativo mais à análise dos mecanismos do que à observação dos factos – constituiu-se num espaço autonomo da discussão científica. Três exemplos ilustram o lugar da dedução nos debates fundadores do século XIX.

Em primeiro lugar, o mecanismo da renda fundiária e do comércio internacional é descortinado por David Ricardo, o antepassado mais evidente, se é necessário um, dos teóricos de hoje. Segundo exemplo, o debate sobre as relações entre os preços de produção e os valores do trabalho que atravessou o século XIX; a sua última transformação tomou a forma, em 1950, da obra de Sraffa sobre “a produção de mercadorias através de mercadorias”. A circularidade que este título sublinha, e as dificuldades lógicas que ela determina, é que fizeram a controvérsia. Terceiro exemplo, que faz passar da dificuldade lógica a uma dificuldade que poderíamos chamar sistémica, a polemica que opôs os defensores da estabilidade da economia capitalista e os advogados das teses ditas catastróficas. De um lado, Jean Baptiste Say, primeiro economista titular de uma cátedra no Colégio de França, do qual a célebre fórmula “a oferta cria o sua própria procura” é uma jóia de síntese de um argumento. De outro lado, as teses pessimistas de Jean Charles Sismondi: os tratados de Karl Marx fornecer-lhes-ão ao mesmo tempo os desenvolvimentos e uma formidável caixa de ressonância. Aqui, o principal veredicto empírico solicitado é o hipotético desabamento do capitalismo.

Deste modo os economistas clássicos debateram teoria econômica, mas sem a reconhecer como categoria. É mais tarde Léon Walras que assumirá a reivindicação de um espaço autonomo para o raciocínio e a dedução: “na matéria que nos diz respeito”, dizia ele, “a teoria só fornece a fórmula abstrata; compete à observação e à experiência dar aos coeficientes desta fórmula valores concretos”.

A separação contemporânea teórico-empírica resulta então de um avatar da distinção walrasiana, mas o seu sentido moderno remete em particular ao manifesto da Sociedade de Econometria, publicado em 1933

no primeiro número da revista *Econometrica*. A metodologia econométrica, então muito minoritária, tem hoje uma influência hegemônica em muitas regiões do mundo e de sectores do saber. A Sociedade não é um clube de pensamento fechado: antes da guerra, a lista dos seus presidentes – Keynes foi um deles, Schumpeter também – testemunha o seu ecletismo científico. O seu manifesto, nas categorias de Kuhn e Lakatos, não define nem um paradigma, nem um programa de investigação. Lutando por uma análise quantitativa que articula o “teórico-quantitativo”, centrada na construção de modelos, e o “empírico-quantitativo”, que tomará em seguida uma forte dimensão probabilista e estatística, ele prescreve alguns métodos da “ciência normal”, mas sem pretender regê-la na sua totalidade.

O título “Teoria econômica” refere-se, pois, a uma categoria estabelecida, a uma divisão do trabalho intelectual plenamente aceite no planeta acadêmico. A competência que me é reconhecida na disciplina é a do teórico, cuja razão de ser é a discussão crítica e o aperfeiçoamento dos esquemas intelectuais da disciplina. Excetuando algumas fases pontuais de consultoria em política econômica, sob a proteção institucional do Comissariado Geral do Plano, é de fato de teoria econômica que falam os trabalhos que eu realizei e que me valeram algumas distinções científicas, daquelas que nutrem as notoriedades sempre frágeis dos especialistas em ciências sociais, e entre as quais a honra de falar no Colégio de França é a mais intimidante. É à volta da teoria econômica, e da teoria econômica contemporânea tal como se faz, se desfaz, se desconstrói e se reconstrói que eu desejo continuar a minha investigação.

Duas palavras ainda sobre a teoria

Mesmo se Alfred Marshall defendesse, no seu tempo, a pertinência do modelo da biologia, sem no entanto unir o exemplo à palavra, a *influência das ciências físicas* no desenvolvimento da disciplina faz sem dúvida eco ao sonho positivista da “física social”. No entanto, o mimetismo na divisão do trabalho, que acaba de ser referido, e a atenção com a qualidade do raciocínio que ele reflete, são paradoxalmente mais justificados pelas diferenças entre o econômico e o físico do que pelas suas semelhanças.

Eu explico-me. A experiência controlada que permite refutar as premissas de teorias cujo raciocínio é impecável constitui, presumo, um grande obstáculo para aquelas que, por maior que seja o valor das premissas, seriam logicamente deficientes. O meu sentimento, que convida ao debate, é que os fatos sociais que são menos “legíveis”, porque menos reproduzíveis que os fatos físicos, são por isso mesmo, como quem diz, mais sensíveis, mais indulgentes ao erro lógico, um erro que o senso comum mas também o senso científico fazem proliferar facilmente.

A autonomia dos campos assim divididos pode conduzir à sua *deriva*. Entendamo-nos, muitos avanços teóricos, e eu penso nos mais fecundos, procedem por construções progressivas que não são passíveis de sanções empíricas imediatas. Eles constituem, para o melhor e para o pior, aventuras intelectuais. No entanto, a evolução recente da disciplina mostra um perigo, aquele que se desenvolve, por um lado, a partir de uma reflexão esotérica sobre mundos imaginários, por outro lado, o tratamento selvagem dos dados que aposta no poder dos instrumentos. É um risco que Edmond Malinvaud sublinhou e que as escolhas intelectuais de Werner Hildenbrand, teórico exigente, que foi titular da cátedra Européia do Colégio de França em 1994, tentaram exorcizar. O surto recente dos estudos ou os aspectos teóricos e empíricos estão melhor interligados, incitando a mais otimismo. Por outro lado, a questão da unidade intelectual da disciplina continua a ser um assunto sensível.

2.1.2. Organização social

Organização social constitui a segunda parte do título deste artigo. A expressão abre no meu espírito duas perspectivas diferentes. Por um lado, a perspectiva do debate social sobre as questões econômicas da nossa época. Por outro lado, a ligação entre questões econômicas e questões sociais mais gerais, um problema que convoca o conjunto das ciências sociais.

As questões econômicas da época, em primeiro lugar. A atitude dos economistas em face a participação no debate público varia. Segundo uma avaliação credível, metade dos laureados do Premio Nobel de Economia

tinham participado ou participavam do debate público sobre a política econômica. O que quer dizer que a outra metade não o faz. A permanência deste corte é confirmada pela história das cátedras ocupadas no Colégio de França por economistas. Michel Chevalier, nomeado em 1840, saint-simoniano militante, foi também um antiprotecionista ativo. Paul Leroy-Beaulieu, que ocupou uma cátedra de 1880 até 1916, tornou-se campeão das teses liberais. Mas Charles Gide foi um advogado das cooperativas de produtores e François Perroux exprimiu durante toda a sua vida uma insatisfação que se aplicava ao mesmo tempo às teorias e ao estado do mundo econômico. Alguns leitores lembrar-se-ão do entusiasmo e do talento ácidos com os quais Alfred Sauvy tratava a demografia, mas também todos os assuntos que o apaixonavam.

Ao contrário, Emile Levasseur, contemporâneo de Leroy-Beaulieu, geógrafo e economista, e François Simiard, que foi professor no Colégio de França de 1932 até 1935, prosseguiram estudos cuja intenção não era responder diretamente às exigências do momento. Edmond Malinvaud consagrou a sua atividade acadêmica à reflexão distanciada, mas as suas intervenções discretas, como por exemplo o relatório Drèze-Malinvaud, tiveram uma influência sobre as políticas de emprego na Europa.

Temperamento mas também especialidade explicam estas diferenças de atitude. Por exemplo, os teóricos têm muitas vezes uma atitude de grande reserva perante a política econômica. A honestidade pode justificar esta atitude perante temas muito especializados. Mas esta reserva é mais profunda. É o receio de que os compromissos exigidos pelas escolhas de política econômica não sejam regidos pelo ideal que a teoria pura ambiciona.

É uma sensibilidade diferente que exprime a tradição que guiou os meus primeiros passos na disciplina, a dos *engenheiros-economistas*. Esta tradição foi referenciada pela história do pensamento anglo-saxão que se surpreendeu com o resultado exótico e improvável de duas exceções francesas: os engenheiros de Estado e as Grandes Escolas. A abordagem dos engenheiros-economistas produziu teorias influentes em economia, como por exemplo o excedente de Dupuit, as identidades de Roy e, fora da economia, a programação dinâmica de Massé. Mas neste último exemplo havia uma motivação concreta, fazer face aos problemas econômicos

que o engenheiro encontrava: *Da utilidade dos trabalhos públicos*, tal era o título da célebre obra de Dupuit, um título que destoa entre os textos que fizeram o pensamento da disciplina. A meio caminho do isolamento da reflexão pura e de uma abordagem, como se diz em inglês, “*problem oriented*”, baseada em questões econômicas, eu desejo ligar a teoria econômica aos problemas que hoje a solicitam: problemas ambientais globais, Estado-Providência, nova economia e mundialização. Eis os temas aos quais regressarei.

O termo *organização social* faz também eco da dimensão social dos problemas econômicos cujo exame apela aos olhares cruzados de todas as ciências do homem. O estabelecimento de um diálogo entre disciplinas apela antes de mais nada a uma melhor compreensão das suas relações, à confrontação dos seus métodos e dos seus objetivos. O interesse que eu ponho neste diálogo reflete uma consciência da especificidade intelectual da disciplina econômica que se modificou no contato com as ciências sociais vizinhas. Tive o privilégio de que o espelho onde eu creio me reconhecer como economista fosse alargado por personalidades de primeiro plano, com talentos diferentes: a lista, que mistura a notoriedade e a amizade, está longe de ser exaustiva, mas eu tenho de citar Pierre Bourdieu, descoberto na leitura mas também no contato direto sobre a nobreza do Estado e a economia da família, François Furet e a sua ternura ácida para com a minha disciplina, Jean-Claude Passeron, mestre da reflexão pluridisciplinar sobre o inquérito e a narração, Raymond Boudon e Christian Baudelot, conhecidos nos júris de admissão à Escola Normal, ou ainda Jean-Claude Perrot ou Jacques Revel. A imagem que eles me deram a conhecer da identidade intelectual da disciplina remete para os seus ângulos fundamentais: matematização, racionalidade e autonomia. *Autonomia e racionalidade*, nesta ordem, pedem, desde logo, um breve comentário.

Na ausência da ciência social reunificada com a qual sonhava Comte, a especialização dos objetos eventualmente desenvolvida por cada uma delas suscitou interrogações e conhecemos as convicções fortes de Pierre Bourdieu sobre este tema e a forma como elas animam a sua obra. Sem ver, como alguns, na ciência econômica “a gramática universal das ciências sociais”, a fecundidade científica da delimitação do seu objeto

parece-me verificada. Mas os seus limites operacionais e normativos são evidentes. O estudo da riqueza das nações, ou da afetação de recursos escassos: nenhuma das definições da disciplina evita uma focalização na dimensão material e, no entanto, “o homem não vive só de pão”.

No que diz respeito à racionalidade, fator assumido de identidade da disciplina, a clarificação das relações interdisciplinares determina que se precise melhor ainda o seu alcance. Racionalidade do interesse e racionalidade altruísta, racionalidade do comportamento e racionalidade das expectativas, racionalidade da ação ou da interação, racionalidade coletiva e racionalidade individual, os debates sobre a racionalidade jogam-se em múltiplos campos onde é necessário retirar as armadilhas alternadamente, sendo necessário reconhecer a diversidade e os cruzamentos, e testar os limites exatos.

2.2. As articulações entre os fatos e as teorias

Regresso agora às articulações entre a observação e a reflexão, os fatos e as teorias, a história e o pensamento. Peço o vosso perdão perante a aridez provável desta reflexão. Ela precederá algumas considerações mais ligeiras sobre a matematização.

Os fatos econômicos não resultam da experiência direta que está na base da fecundidade do método das ciências da natureza, eles não podem ser reproduzidos em geral com condições predeterminadas, ou melhor ainda, alteradas de maneira controlada. Eles são, como são os fatos sociais em geral, acontecimentos singulares. A apreciação da condição *ceteris paribus*, a qual pode sugerir uma forma de repetição, é sempre delicada. Na verdade, é abusivo utilizar a mesma palavra, repetição, para designar, por um lado, a reprodução da experiência de Morley Michelson, hoje, mais de 110 anos depois da sua primeira realização, e, por outro lado, a forma como reaparece uma crise financeira (para fazer referência a acontecimentos próximos, a crise do peso de 1994 e a crise asiática de 1998). A avaliação do *grau de semelhança dos acontecimentos*, e por conseguinte da legitimidade das comparações que eles permitem, tendo em vista realizar

quase-experiências, baseia-se em operações mentais cujo aprofundamento empírico em última instância é muitas vezes ambíguo.

Dizendo-o claramente, o protocolo de confrontação das teorias com os fatos que propõe a metodologia econométrica – calibrar os modelos com base nos fatos passados, comparar as suas qualidades preditivas – é menos consistente do que parece. Vejo duas razões.

Em primeiro lugar, este protocolo ilude largamente a questão da *temporalidade*, que rege a condição de repetitividade e que é freqüentemente referida pelas outras ciências sociais. Penso nos tempos longos de Braudel, mas também, por exemplo, em Jean-Claude Passeron. A sua obra sobre “o Raciocínio Sociológico” situa a singularidade dos acontecimentos com os quais são confrontadas o que ele denomina as ciências “históricas”, como seria a Sociologia, no “espaço não Popperiano do raciocínio natural”, enquanto que a ciência econômica poderia de modo legítimo invocar a repetição e inscrever-se num “espaço Popperiano”. Mesmo se a análise de Passeron se desenvolve no centro de uma visão epistemológica mais vasta, que eu apenas posso evocar aqui, ela convida a um exame comparativo da especificidade da prática da minha disciplina: por que e em que sentido poderiam os economistas invocar a repetição mais do que os sociólogos e por que a história e a antropologia seriam neste aspecto mais próximas da sociologia? Eis uma questão que depende ao mesmo tempo do aprofundamento disciplinar e do diálogo interdisciplinar acima desejado.

Um ponto de partida pouco claro entre o que deve ser tomado como dado e o que deve ser validado empiricamente é uma segunda razão da insuficiente consistência da metodologia econométrica. Ela acomodou-se, limitando-nos a duas *epistemologias* explicitadas, com as posições opostas do “instrumentalismo metodológico” de Milton Friedman e do “operacionalismo” de Paul Samuelson.

Estas observações não esgotam o tema, mas as duas observações que eu vou acrescentar destinam-se não a completar o quadro, mas a mudar a perspectiva, esperando desta forma aperfeiçoá-lo. As duas solicitam uma analogia com a física, e as duas realçam os limites desta analogia.

Os agentes individualizados da teoria microeconômica constituem uma espécie de átomos sociais – deveria eu antes dizer moléculas? – dotados

de razões para agir e reagir. Mas estas razões de agir resultam ao mesmo tempo de *motivações* e, utilizando aqui a palavra num sentido um pouco vago de *representações*. Por exemplo, a representação do futuro feita pelo empresário, o estado dos negócios e da concorrência determinam o investimento. As representações modificam por conseguinte o presente, mas também, em ricochete, o futuro. Os cruzamentos complexos das representações do futuro econômico e dos fatos constituem uma espécie de nó górdio. A hipótese de expectativas racionais, que afirma que a previsão sobre a qual se baseiam os agentes econômicos não é estatisticamente enviesada, desfaz este nó. Ela fá-lo-ia na mesma, se se acredita no artigo pioneiro de Muth, fazendo derivar a verdade das representações a partir da racionalidade das motivações: a racionalidade individual implica a racionalidade das expectativas. O argumento terá grande influência na profissão, mas ele é inexato. A hipótese de expectativas racionais, bem como o equilíbrio de Nash na teoria dos jogos, não constituem conseqüências lógicas da racionalidade individual, mas no melhor dos casos derivam de uma hipótese mais forte: aquela, no sentido do filósofo Davis Lewis, do Conhecimento Comum da Racionalidade. É desta última hipótese, independentemente de ela não ser sempre plausível, que é necessário partir para explorar os limites da lógica racional, para marcar as suas fronteiras extremas e por conseguinte delimitar o território legítimo de uma certa forma de *racionalidade limitada*, que é filha da *previsibilidade limitada*. Eis, inútil sublinhá-lo, uma verdadeira questão para todas as ciências sociais.

As representações que eu referi são contingentes a um determinado meio envolvente. Para prolongar a minha metáfora, os “átomos sociais” não diferem somente dos átomos do mundo físico pelas representações que eles próprios têm deste meio envolvente; eles podem também mudá-lo, ou seja, modificar as regras do jogo, as instituições e a própria organização econômica. As suas representações devem portanto considerar também os efeitos de modificações endógenas do sistema sobre o seu funcionamento, ou seja, sobre a *concepção geral do mundo econômico*, a mesma que tinha no espírito Keynes e Stigler nas citações introdutórias: Keynes pensava que estas concepções gerais eram inteiramente dependentes do pensamento científico, enquanto que Stigler via nelas o

produto da evidência espontânea que se liberta das percepções empíricas interessadas.

Keynes não deixava de ter razão. Na verdade, os esquemas mentais, concretamente os que dizem respeito ao funcionamento da economia, apenas são maleáveis lentamente e têm uma relutância à mudança considerável, e por outro lado a reorganização das concepções intelectuais depende largamente dos que fazem destas concepções profissão. É verdade também que a competição entre as idéias acompanha-se de movimentos associados ao pensamento de “economistas mortos”.

Mas as experiências que podem alimentar as representações que eu acabei de evocar – podemos chamá-las “sistêmicas”? – não são nem experiências controladas, nem necessariamente quase-experiências, mas por vezes experiências singulares no tempo longo ou semilongo da história. O esforço de dar a conhecer as representações sobre as grandes questões é pois movido não só pelo vigor do pensamento, da elaboração científica, da observação sofisticada, ou ainda pelas convicções extraídas do quotidiano, como pensava sem dúvida Stigler, mas também pela força dos *atos salientes* ou traumáticos que, com ou sem razão, têm uma mensagem que se impõe universalmente e faz oscilar a opinião geral.

A grande depressão dos anos 30, o desabamento do sistema soviético são, sem dúvida, a este respeito, os dois fatos mais salientes do século XX. O primeiro impôs a idéia de impotência das regulações automáticas do mercado e a necessidade de intervenções do Estado. O fracasso do sistema de planificação centralizada para rivalizar na produção de riquezas com o sistema de economias de mercado do capitalismo ocidental desenvolvido, lentamente apercebido pelos especialistas, tornou-se evidente junto do grande público com a queda política do regime soviético. O descrédito das soluções de organização centralizada que daí resultou – e que se espalhou por vezes, com ou sem razão, à ação governamental em geral – não diz respeito, enquanto tal, a uma força de convicção científica, mas simplesmente à incapacidade dos economistas vivos em atenuar a percepção do exemplo de um fracasso espetacular. Na verdade, o pensamento científico foi tão afetado como o pensamento comum. Depois da grande depressão, a intervenção tinha-se tornado um dos seus *leitmotifs*; hoje, ele passou, em parte, da crítica do mercado para a crítica do governo.

2.3. A matemática e a economia

O papel das *matemáticas* na disciplina é um velho problema que uma espécie de Yalta parecia ter resolvido. Por um lado, um reconhecimento dos saberes e do caráter irreversível da matematização; por outro lado, um consentimento à incerteza atual sobre a amplitude e as formas futuras que elas tomarão. Mas, eis algumas palavras que serão tão literárias quanto me for possível.

Quem pode recusar a utilidade dos instrumentos da estatística para tratar um material quantitativo abundante? E não falo aqui exclusivamente da economia. O cuidado extremo que põe Emile Durkheim no comentário das estatísticas sobre o suicídio na sua obra célebre ilustra ao mesmo tempo a intuição de um grande espírito e a ajuda considerável que esta intuição teria recebido de instrumentos adequados da teoria das probabilidades.

Mas, é certamente a modelização dos fenômenos que está em causa em primeiro lugar, e a especificidade intelectual que ela determina, por vezes assimilada de forma pretensiosa.

Sublinhando as dificuldades lógicas e sistêmicas das questões cujo exame determinou a direção tomada pela ciência econômica nascente no século XIX, eu referi o mais importante. Em duas palavras, e para modificar uma fórmula célebre, *a formalização é apenas o prolongamento do raciocínio por outros meios.*

Terminemos com duas ou três observações mais secundárias. Por um lado, o êxito da modelização, uma arte toda ela fundada na qualidade do diálogo entre a lógica e a intuição econômica, não se julga pelo grau de sofisticação. As matemáticas utilizadas podem ser difíceis: depois da Segunda Guerra Mundial, o trabalho crítico dos esquemas intelectuais – de crítica interna como se dizia nos anos 70 – apelou a todos os recursos de instrumentos recentemente forjados em topologia ou análise convexa, etc. Mas as matemáticas pertinentes podem ser elementares: elas não são por isso menos úteis. Ao contrário, elas podem ser inexistentes. Marx, segundo Morishima, teria tido a intuição do teorema de Perron-Frobenius, refletindo sobre o potencial de crescimento de uma economia, mas, como demonstraram Gilbert Abraham-Frois e Emeric Lendjel, foi necessário

esperar o abade Potron, jesuíta politécnico e apóstolo provável do catolicismo social do período entre guerras, para uma referência explícita e para retirar todas as conseqüências sobre as relações entre preço, taxa de salários e taxa de lucro. Chegarão mais tarde Debreu e Herstein.

Em seguida, para além da epistemologia, seria necessário para apreciar convenientemente a matematização compreender melhor a história e a sociologia intelectual da disciplina. No clima das controvérsias que tinha exacerbado a confrontação dos sistemas econômicos rivais, numa disciplina mais aberta a todo um leque de sensibilidades políticas que outras, a modelização e a estatística forneceram aos investigadores ao mesmo tempo uma capa protetora e um espaço de *intelectualidade laica*. Esta “insuportável objetividade que impede tanta gente de viver”, como dizia Tchekov, valeu-lhe as suspeitas opostas de Friedrich Hayek e de uma parte daqueles que esperavam a “grande noite”.

Enfim, se os sucessos mais incontestáveis da modelização matemática foram obtidos no registo da generalização, a prática atual, que faz dela a *língua franca* da análise econômica, é por vezes mais problemática. Deveria eu confessar ter-me perguntado, mais de uma vez, o que as equações desenvolvidas acrescentavam em certas questões? Mas, visto que somos tentados a representar hoje “os animais doentes da peste”, com a mundialização no papel da peste e a matematização como asno emissário, é inoportuno, seguindo La Fontaine, conceder o mais pequeno diabo tentador, o mais pequeno quadrado de erva tenra. É preciso chamar a eloqüência das mais incontestáveis garantias literárias, as de Baudelaire e do Peguy da *Revista Socialista*. *Charles Baudelaire* para me convencer que o que dizia sobre o poeta, “decifrador da analogia universal”, também se aplica à linguagem matemática. *Charles Péguy*, com o seu entusiasmo de recém-convertido à leitura de Walras, conduz a uma intuição essencial: “a antiga economia política chegava rapidamente às propostas mais simples, bastante vagas, em parte falsas, e não podia avançar, enquanto que a nova economia está constituída para progredir regularmente, indefinidamente”. A comunicação do saber interno e a capacidade da disciplina para a acumulação foram muito favorecidas pelo recurso à linguagem formalizada. Mas a disciplina encontrou-se mais isolada, uma situação que apela à intensificação do esforço pedagógico.

3. O mercado e o Estado

O tema privilegiado, o do mercado e do Estado e das suas fronteiras, é extenso: ele se interessa por toda a reflexão sobre o sistema de economia mista que prevalece em todo o planeta.

A economia de mercado é uma realidade antiga. A galeria dos seus *sucessivos heróis*, do mercador da rota da seda ao *trader* moderno, passando pelo empresário schumpeteriano, dá uma primeira idéia da variedade dos seus avatares históricos. Para classificá-los, sem dúvida, seria necessário o equivalente de um quadro do Mendeleiev com múltiplas entradas. O núcleo duro das suas singularidades modernas é fixado como contraponto das tentativas feitas no século XX para o substituir pela planificação centralizada.

Em primeiro lugar, os preços não são só preços de cálculo, como eram na planificação soviética, mas instrumentos de *cálculo econômico* para os agentes. Em seguida, a restrição orçamental não é “mole”, como foi na economia húngara dos anos 70: o lucro é por conseguinte um lucro real não fictício. Enfim, os preços não são grandezas administradas, mas o produto de um *processo algorítmico* que faz interagir milhares de mercados de bens elementares e que agrega de maneira mais ou menos satisfatória a enorme quantidade de informações detida pelos agentes descentralizados.

Estado e mercado resultam de formas de organização cujas relações dependem tanto *da complementaridade como do antagonismo*. É o Estado que permite o mercado, assegurando as infra-estruturas jurídicas e materiais necessárias ao seu desenvolvimento. Tanto a história como a teoria recordam-no abundantemente, mesmo se os conselheiros em transição não o retiveram suficientemente, em particular na antiga União Soviética.

Mas a amplitude das *regulações coletivas* solicitadas pelo mercado permanece sujeita a controvérsias. Para abordá-las, vou privilegiar – poderíamos dizer Keynes em vez de Stigler – o exame da evolução das concepções científicas do papel econômico do Estado, e em primeiro lugar as que dependem, para retomar o vocabulário de Serge Kolm, da economia pública, um campo onde se enquadra uma parte da minha investigação. É a lógica interna da transformação destas concepções que será o meu fio

condutor. Faltará então evocar os desafios aos quais os grandes problemas da nossa época as submetem.

O meu inventário do passado não pretende ser exaustivo: ele deseja principalmente ilustrar a forte *imbricação* do *papel econômico fixado ao Estado* e da *concepção de mercado* que o acompanha, uma imbricação que faz aparecer claramente a articulação explícita das suas relações, à qual a reflexão científica deve proceder. A lição que eu pretendo retirar, no entanto, não se aplica unicamente aos esquemas científicos, mas também a toda a *ação reformadora*. Na falta de compreensão das restrições do mercado, esta toma o risco de oscilar entre a denúncia ilusionista e a submissão passiva às referidas “restrições”.

3.1. Concepções científicas do papel econômico do Estado: passado e presente

A grelha de leitura walrasiana do mercado está datada, mas fornece um guia coerente para a intervenção do Estado. É o guia fornecido pela *nova “economia do bem-estar”* dos anos 60 que desvenda a intervenção do governo – no vazio, poderíamos dizer – como resposta às faltas, às falhas do mercado. A eficácia atribuída ao mercado, não só sobre cada um dos seus segmentos isolados, mas sobre o conjunto que constitui o setor de produção, desde que os rendimentos não sejam crescentes, e o setor de consumo, é muitas vezes mal compreendida. É a eficácia no sentido fraco da palavra sublinhado por Pareto, ou seja, a ausência de alternativas viáveis unanimemente preferidas. A regulação do mercado que permite “a utilização exclusiva” não se aplica aos bens coletivos que são tais que “*cada um tem a sua parte e todos têm a totalidade*”, como dizia Vitor Hugo. Eles pedem, como as externalidades, uma categoria vizinha, uma forma de regulação do Estado. A impossibilidade de uma organização concorrencial dos setores onde os rendimentos de escala originam um *monopólio natural* justifica também, nesta lógica, a intervenção na produção. *Last but not least*, as correções da distribuição natural do rendimento, social ou politicamente desejadas, podem ser efetuadas por transferências *lump sum*, ou, por exemplo, como Walras preconizava, pela apropriação pública da renda fundiária. Sublinhemos que a ação redistributiva aqui não resulta de

uma falha do mercado, *stricto sensu*, a não ser que se veja nas tendências por vezes inigualitárias dos mercados de factores uma falta para satisfazer a “paixão de igualdade” que, segundo Tocqueville, anima as *sociedades democráticas*.

Abrimos aqui dois parênteses semânticos. Por um lado, podemos sem dúvida qualificar a concepção normativa que acaba de ser esboçada de *neoliberal*, uma vez que o termo designa uma aceitação de um campo pensado e bastante vasto para o mercado. Mas, se com este termo queremos sugerir a impotência ou a indiferença às questões de redistribuição do rendimento, o mal-entendido é total: é, de todas as concepções que serão evocadas, a que fixa um mínimo de restrições a uma redistribuição do rendimento primário supostamente efetuada sem custos econômicos. Eu também hesitei em denominá-la *neoclássica*, mesmo se o termo é sem dúvida apropriado aqui. Mas os sentidos em que se utiliza esta palavra são múltiplos, por vezes contraditórios: o de sucessor dos clássicos, que eu retenho agora, e o dos anos 60, síntese de Keynes e dos seus antecessores, outros sentidos variados, ou então incertos, “neoliberal”, ou largamente independentes, utilizador das matemáticas, defensor do individualismo metodológico, liberal e outros. Esta multiplicidade parece-me fonte de uma confusão mental que não aconselha a utilização do vocábulo.

Como contraponto a Walras, uma referência breve, e na ordem inversa da ordem cronológica, a Hayek, Schumpeter e Marx. Não se trata de dar três julgamentos definitivos sobre cada um destes três grandes pensadores, mas somente sublinhar, com novas teclas, a ligação inevitável entre as concepções de mercado que eles tinham e as formas de ação do Estado que eles preconizavam ou, no caso de Marx, que a história lhe associou.

Hayek e a Escola Austríaca, por exemplo, vêem no mercado o produto da seleção natural das instituições. Segundo eles, a lógica dos mecanismos desta seleção é-nos inacessível e o voluntarismo é não só ineficaz como perigoso; o Estado ótimo está próximo do Estado minimalista. Podemos, sem aderir de modo nenhum a esta tradição liberal, lamentar a inatividade em que ela se encontra no terreno intelectual francês, inatividade sem dúvida mais prejudicial que favorável à qualidade do nosso debate público.

Joseph Schumpeter. O autor de “*Capitalismo, socialismo e democracia*”, admirava Walras, mas tinha uma visão inteiramente diferente do papel dos monopólios. Ele via nos seus lucros, jogando com uma fórmula célebre, “o progresso técnico de amanhã e a produção de depois de amanhã”. Silicon Valley e a “nova economia” conduzem a um aperfeiçoamento – é um eufemismo – da visão schumpeteriana. O meu propósito aqui é simplesmente sugerir a *heterodoxia radical* das políticas de concorrência que esta concepção propõe.

Marx via a economia do seu tempo como um conglomerado de setores que produzem segundo técnicas rígidas, onde os salários estão fixados no mínimo vital e onde os preços refletem as características da produção, mas também os níveis da taxa de lucro, cuja evolução está submetida às incertezas de uma acumulação míope. *Marx* não se pronunciou sobre as formas desejadas de governo, e se o tivesse feito, era sem necessariamente aderir ao ponto de vista estritamente econômico aqui adoptado. Ele ignorava também o sentimento moderno que reinterpreta o mundo que ele descrevia, nas nossas categorias, sumariamente, mas de modo incontestável: um mundo onde a incitação e as escolhas descentralizadas têm papéis menores, onde as escolhas de consumo são inexistentes e onde a coordenação das expectativas é muito frágil. Num tal mundo – mas terá ele alguma vez existido? – a regulação centralizada das quantidades, a que permitia o *Gosplan*, teria sido provavelmente o *limite superior da alternativa organizacional*.

Passemos ao presente. Um certo abandono da nova economia do bem-estar é o fruto paradoxal da renovação dos esquemas walrasianos.

As transformações que esta renovação pôs em movimento produziram uma *nova economia pública*. Devemos fazer referência a ela como a economia do bem-estar ao quadrado, como a chamamos por vezes, ou então a “economia pública padrão alargada”? Seja como for, a *visão enriquecida* que ela propõe *do mercado* acompanha-se de um prolongamento considerável da lista das suas falhas potenciais. Três exemplos ligados à minha própria investigação podem ilustrar a afirmação.

Eis o primeiro que faz eco de um longínquo avatar do debate sobre os preços e valores: os preços, dizia Marcel Boiteux, “devem dizer os custos como os relógios dizem as horas”. Nós sabemos hoje que raramente eles dizem a hora certa, por outras palavras, que eles só fornecem uma aproxima-

mação muitas vezes rudimentar dos custos sociais sobre os quais seria necessário basear idealmente o cálculo econômico e que a distorção tem múltiplas causas.

Em segundo lugar, a separação dos registos *da eficiência e da equidade*, no sentido tornado preciso pelo “segundo teorema da economia normativa”, está hoje teoricamente caduca: foi há já mais de 25 anos a lição principal dos trabalhos que eu tinha efetuado sobre as economias com rendimentos crescentes, ou seja, a distribuição do rendimento afetava não só a repartição do bolo, mas também o seu tamanho.

Em terceiro lugar, uma ponte foi estabelecida entre a tradição científica da economia pública e a *tradição social democrata* que dominou a cultura política europeia deste fim de século. Esta última sofreu várias influências científicas: a sua reticência perante o mercado de trabalho foi herdada do marxismo; com a nova economia do bem-estar, ela divide uma sensibilidade pela redistribuição e uma certa aceitação do mercado, pelo menos o de bens; mas é sobretudo de um movimento social que surgem as suas preocupações de segurança social que estão por trás do Estado-Providência. “A economia pública padrão alargada”, fazendo ressurgir este vocábulo, dá hoje eco de todas estas questões e fornece-lhes uma visão integrada. O Estado é visto como um árbitro entre gerações, e a garantia de última instância. E de acordo com a intuição social-democrata, a redistribuição, tendo os seus limites melhor compreendidos, é feita não somente no âmbito da fiscalidade direta, mas também no âmbito dos mercados de fatores e então, a equalização do preço dos fatores assim obriga, até um certo ponto, no âmbito dos mercados de bens.

O polimento crítico dos mecanismos do mercado que venho de referir tem dois efeitos opostos: por um lado, multiplica no seu princípio as razões da intervenção; por outro lado, torna a sua colocação em prática mais delicada. A falha do mercado acompanha-se de uma possível *falha do saber*. No estado atual dos conhecimentos, e falo dos conhecimentos sobre os mecanismos e não somente sobre os coeficientes numéricos, o sentido das ações corretoras é muitas vezes ambíguo, mesmo se os objetivos estão bem definidos. Não é uma questão de enviesamento teórico, mas o sinal de uma dificuldade intelectual: o mercado não é

mais um *first best*, o melhor possível dos mundos tendo em conta as restrições técnicas e a escassez, nem mesmo um *second best*, o menos mau que se obtém acrescentando restrições de informação, mas um *third best*, que toma em consideração restrições cognitivas. Quase, como a democracia segundo Churchill, “o pior sistema à exceção de todos os outros”.

Mas, mais do que pelas falhas do saber, a fé na intervenção do Estado foi abalada quando se pôs em causa a ficção do *planificador benevolente*, por vezes *omnisciente* e à volta do qual a economia do bem-estar organizava o seu estudo do Governo. A omnisciência, primeiro alvo dos ataques, era dir-se-á um alvo fácil, dada a pouca plausibilidade da equivalência entre planificação e mercado. No entanto, foi necessário que se desenvolvesse a compreensão das assimetrias de informação, sinalizando o *handicap* informacional, e não cognitivo desta vez, que a dispersão e a apropriação descentralizada da informação implicam, para que a perda de fé nos méritos da planificação centralizada fosse pelo menos parcialmente racionalizada.

Mas é a benevolência do planificador ou do governo, axioma de base de toda a economia pública que foi submetida à crítica mais radical saída do reaparecimento de tradições de desconfiança do Estado. À ação pública vista como a procura do interesse geral, *a desconfiança substitui-a pela ação pública distorcida*: os gabinetes governamentais são “capturados” por aqueles que o Estado deve atender, o interesse público constitui-se num alibi para o interesse dos agentes públicos, os *lobbies* manipulam o legislador etc. Estes trabalhos têm objeções. Uma técnica, em que a presença dos interesses de diversas categorias quanto à escolha política não é, em si, sinônimo de perversão do interesse geral pelos interesses particulares. A outra, mais fundamental, que é por vezes dirigida a toda a disciplina, de dissolver, por meio de uma auto-realização perversa, a parte desinteressada da conduta humana, na ocorrência aqui o sentido de serviço público no qual continuo a acreditar.

Está claro que os problemas de funcionamento das organizações públicas merecem ser examinados. Depois de tudo, o estudo das falhas de mercado não os compreendeu completamente, enquanto que a ausência de uma teoria simétrica, a das falhas da Planificação, foi, ao contrário, um *handicap* para esta.

3.2. Concepções científicas do papel econômico do Estado: influência sobre as políticas econômicas

Eis quanto às concepções científicas. *De que forma elas influenciaram as políticas econômicas?* O exame, no contexto francês das evoluções das modalidades de intervenção na produção, permitirá um esboço de resposta. A mudança observada na intervenção direta em direção aos procedimentos de regulação anglo-saxônicos não pode ser sem dúvida explicável pelo sucesso do tema de “desconfiança” que quase não tocou a França, a não ser pela sombra projetada sobre certas políticas européias. É mais a consciência de uma certa “falta do saber” do que uma falta de vontade, que suscitou, a meu ver, o ceticismo vivido durante os anos 80. Mas o fator sem dúvida mais determinante das evoluções foram – Stigler marca pontos – as *modificações das condições objetivas da ação pública*. Após a Segunda Guerra Mundial, a reconstrução dos setores de base e a falta dos mercados financeiros tanto ou mais que a presença de monopólios naturais explicam os contornos das nacionalizações em França. A concretização da reconstrução e a pujança dos mercados financeiros conjugarão os seus efeitos com o aparecimento de novas técnicas– o telemóvel, por exemplo – as quais fazem esquecer o “monopólio natural”.

A bem dizer, a criatividade técnica e a multiplicação dos bens de consumo, em que uma parte crescente, numa sociedade de abundância, está mais associada ao que antes era considerado como supérfluo, constituem dois aspectos gêmeos da *banalização das operações de produção* que reforça a legitimidade para geri-las pela concorrência. O hino integrista à concorrência, que determina o fascínio da tensão criativa por ela estimulada, sugere sérias reservas. *Nada indica que a concorrência ótima é a concorrência máxima*. Na falta de mercados completos que a teoria sugere, o ritmo de criação destrutiva imposto pela sua exacerbação engendra custos sociais, os quais são imperfeitamente, muito imperfeitamente, internalizados.

3.3. O futuro das concepções científicas do papel econômico do Estado

Eis o passado e o presente das nossas concepções da ação econômica do Estado. Como será o futuro?

Os esquemas walrasianos renovados não foram, já o sublinhamos, força de bloqueio da evolução. Em vez de constituir “o horizonte inultrapassável da nossa cultura”, eles tornaram-se no campo de base donde partem os “*mil caminhos do futuro*” da disciplina.

Eu teria desejado percorrer pelo menos o início de vários desses caminhos. Por exemplo, o caminho aberto pelo estudo da dimensão contratual das relações econômicas, que substituiu a uniformidade do equilíbrio parcial tradicional pela galeria diversificada do mercado de trabalho, dos seguros, dos “automóveis usados”. Ou ainda, pelo menos evocar os caminhos com destino mais setorial, mas essenciais para o nosso tempo, como o progresso técnico e a educação, onde o saber se acumula de forma ordenada por meio de “programas” aperfeiçoados. Ou aqueles que fazem esperar dos progressos lentos mas perceptíveis da nossa compreensão do desenvolvimento, um espaço enfim eficaz para a indignação que suscita a desigualdade no mundo, e que sem o suporte do saber estaria condenada ou à impotência ou ao erro.

Convidar-vos-ia a percorrer alguns dos passos de um só destes caminhos, que nos introduziu numa região já referida, a das expectativas dos agentes econômicos. Estas expectativas estavam no centro das preocupações de Keynes que via a Bolsa como um cassino, e lastimava o “*disappointment of reasonable business expectations*”. A *revolução das expectativas racionais*, e o avanço hegemônico da hipótese na teoria econômica formalizada, constitui neste aspecto uma *contra-revolução-científica*, tal como Serge Moscovici a identificou. A racionalidade das expectativas destrói o argumento de Keynes, e, elo em falta entre o modelo estático de Arrow-Debreu e a versão intertemporal de Walras, absolve o mercado de qualquer falha de coordenação. Mas a última palavra está longe de ser dita: os mercados incompletos alteram a perspectiva; os equilíbrios de manchas solares, onde se manifesta um efeito de Édipo sofisticado, abalam-na consideravelmente; e a necessidade de explicar a coordenação, e não somente de a supor, inverte o ônus da prova. O caminho afasta-nos muito do primeiro Robert

Lucas. Depois da contra-revolução, eis de novo o ar mais alegre da revolução, de uma revolução onde as rupturas do saber surgirão da sua acumulação e não da sua destruição.

3.4. Questões econômicas contemporâneas

Mas, para além da dinâmica própria das concepções científicas, são as solicitações das questões econômicas contemporâneas que irão regenerar talvez os nossos esquemas intelectuais.

Farei três referências.

Primeira evidência, a ação dos Estados-nações inscreve-se num contexto de “globalização econômica” que restringe as margens de manobra. O fato dos fluxos das trocas reais ou financeiras estarem polarizados mais pela proveniência nacional que pela proximidade geográfica, e das trocas com o Terceiro Mundo continuarem limitadas, não nos deve iludir: os *mercados nacionais tornaram-se “disputáveis”,* como dizia Baumol, e a concorrência é hoje mundial... Esta mundialização suscita *receios e esperanças,* a esperança estando mais do lado Sul, que via na conquista dos mercados do Norte o meio mais tangível de aumentar os seus níveis de vida. O receio está por vezes no Norte: receio extremo, que os nossos salários sejam fixados em Pequim, para utilizar o título sob a forma de interrogação de um artigo recente; receio difuso, que a diminuição das desigualdades entre as nações seja acompanhada de um aumento da desigualdade no seio das nações.

É essencial compreender os mecanismos deste mercado em gestação, uma vez que ele será o quadro de ação local, por vezes nacional dos Governos. Mas nós hoje temos deles um conhecimento insuficiente para confiar plenamente nas nossas políticas econômicas. Com certeza, a *globalização econômica,* sustentada por uma diminuição espetacular dos custos de transporte e dos direitos alfandegários, que de 1820 a 1914 atravessou o que por vezes se chama de economia Atlântica, *grosso modo* a atual OCDE, está hoje melhor compreendida. Seguindo o argumento da obra que Jeffrey Williamson e Kevin O’Rourke consagraram a este tema, o fresco imenso da história deste período estava organizado pela tendência à equalização do preço dos fatores que os economistas suecos Bertil Ohlin e Eli Heckscher

tinham descrito no início do século XX. Mas a extrapolação não é justificada: o comércio Norte-Norte é hoje um comércio intra-setores; o progresso técnico, neutro ontem, ter-se-ia tornado desfavorável para o trabalho não qualificado; e a *nova economia*, com os seus custos proporcionais quase nulos etc. transforma as condições da concorrência. Falta-nos referir a parte do passado que estará presente no nosso futuro.

Sobre o *Estado-Providência*, a forma mais acabada das conquistas sociais do século XX social-democrata, o pêndulo leva-me ao silêncio ou pelo menos a ser muito breve. Mostrarei simplesmente uma pequena parte da lupa, mas da minha lupa, a nova guloseima do teórico sobre este assunto. Nós não tínhamos, há 30 anos, teoria econômica da fiscalidade digna desse nome (lembremo-nos que os cursos ditos de finanças públicas derivavam mais do Direito do que da economia). Se existia uma ciência de cálculo dos seguros, não existia uma economia dos seguros, pelo menos com a organização sistemática da reflexão à volta da seleção adversa, do risco moral e do risco de reclassificação.

Último grande tema onde serão postos à prova os instrumentos da análise econômica: o *efeito estufa*. O clima, eis o arquétipo de bem coletivo que não podemos qualificar de local! E uma vez que a integridade da nave espacial onde embarcamos será posta em causa, eis um fato social total, como dizia Marcel Mauss. Trata-se de qualquer maneira de um *fato econômico total*. Como tal, suscita a dialéctica do conflito e da cooperação: cooperação planetária para a redução de emissões; e conflito para a divisão dos esforços. A distribuição entre nações do “excedente distributível”, utilizando o vocabulário de Maurice Allais, terá de ser abordada como ela é abordada no interior das nações. Será assim, por exemplo, no caso de adoção de um sistema de direitos a poluir, uma vez que a distribuição destes direitos entre países abrirá concretamente, novidade histórica sem dúvida, possibilidades significativas de *redistribuição entre nações*. O mecanismo de negociação necessita de ações unânimes e não existe um governo mundial capaz de impor transferências de riqueza internacionais de grande magnitude. Tanto como o efeito direto da ausência de poder coercivo, é preciso ter em conta também o seu efeito indirecto, a *impossibilidade de globalizar os compromissos*. Dito de outra forma e sem desagradar a Ronald Coase: a necessidade de obter compromissos unânimes separa-

dos e sucessivos sobre, digamos, o efeito estufa e depois a organização do comércio limitará a eficácia dos tratados. Eis um exercício de verdadeira grandeza e uma explicação que levará tempo sobre a natureza e os méritos do governo, neste caso de um governo mundial.

4. Comentários finais

A reflexão da ciência econômica concentra-se sobre a criação das riquezas materiais, um domínio onde “a ação não é sempre a irmã do sonho”, para citar uma última vez o meu poeta preferido. Ela participa de um desencantamento do mundo, do qual falava Weber, mais doloroso ainda que o do mundo físico, lúgubre para alguns. Na alvorada do terceiro milênio, entre os perigos que giram à volta da nossa sociedade, o desconhecimento do seu próprio funcionamento não é o menor. Para o evitar, nós temos necessidade do olhar ácido do saber econômico. Tem aquele uma razão viva que alimenta a esperança de melhor compreender o mundo social.

Referências bibliográficas

- DUPUIT, Jules (1844). “De l'utilité des travaux publics”. *Annales des Ponts et Chaussées*, 2ème série, volume 7.
- FRISCH, Ragnar (1933). “Editor's Note”. *Econometrica*, v. 1, n. 1: 1-4.
- GUESNERIE, Roger (1975). “Pareto optimality in non convex economies”. *Econometrica*, volume nº43, number 1: 1-29.
- KEYNES, John Maynard (1936). *The general theory of employment, interest and money*. London: Macmillan.
- O'ROURKE, Kevin, WILLIAMSON Jeffrey (1999). *Globalization and History: The Evolution of a Nineteenth Century Atlantic Economy*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- SCHUMPETER, Joseph (1942). *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper and Brothers (1950, 3rd edn).
- SCHUMPETER, Joseph (1954). *History of Economic Analysis*, edited by E. Boody. Edited From the MS by E. B. Schumpeter. New York: Oxford University Press.

SRAFFA, Piero (1960). *Production of Commodities by Means of Commodities: Prelude to a critique of economic theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

WALRAS, Léon (1896). *Etudes d'Economie Sociale*. Paris: Pichon et Durand-Auzias. Lausanne: F. Rouge.